

PERGUNTA FEITA:

Em relação ao procedimento criminal aberto contra o major Willian Pina Botelho na 7ª Câmara de Controle Externo da Atividade Policial e Sistema Prisional a respeito de sua participação como infiltrado na operação que resultou na prisão de 21 jovens secundaristas, mencionado na matéria jornalística <https://ponte.org/balta-feliz/>, a ARTIGO 19 gostaria de saber: (i) A quais fatos exatamente disse respeito à investigação? Estavam incluídas as atividades de monitoramento e infiltração realizados ou apenas os acontecimentos do dia 4 de setembro? (ii) Qual foi o fundamento para o pedido de arquivamento feito pela procuradora responsável? (iii) Qual o status atual desse procedimento? (iv) Ainda, com base na Lei 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), a ARTIGO 19 gostaria de solicitar acesso ao inteiro teor do procedimento.

RESPOSTA RECEBIDA:

Agradecemos o contato com este canal de comunicação e informamos que a solicitação acerca de informações sobre processos de cunho pessoal (em nome de pessoas jurídica ou física) em tramite no MPF são considerados como pedidos de certidão, porém mesmo sendo o direito de informação e certidão uma garantia constitucional a todo cidadão, este não está isento do cumprimento de requisitos e regulamentações que melhor compatibilizem esta garantida. Conforme a Portaria nº 1080/2012 (anexa), a solicitação de informações processuais de caráter pessoal, se solicitada por terceiros, necessita de procuração com firma reconhecida visando a segurança das informações. Informamos ainda, que as informações de interesse público e coletivo são publicadas em nosso site e no Portal da Transparência "www.transparencia.mpf.mp.br", ressalvadas as de caráter sigiloso e as que possam prejudicar as investigações.